

O DISCURSO PEDAGÓGICO: FUNCIONAMENTO E EFEITOS

Greciely Cristina da Costa

Doutoranda em Linguística/Universidade Estadual de Campinas

ABSTRACT: Considering the analysis of the theme-sentence, which gave the direction to the text production for the writing test of “*IV Vestibular dos povos indígenas do Paraná*”, we explain the way Pedagogical Discourse works and produces senses and discuss the way meanings are marked among the discursive typologies.

Introdução: A Inclusão ou a Exclusão na/pela Linguagem?

Nas últimas décadas vêm surgindo muitas políticas de inclusão no Brasil, com isso, de acordo com Honório (2000) temos também observado que, se por um lado, a legislação tem garantido a inclusão no âmbito da cidadania de diferentes povos e grupos sociais não hegemônicos politicamente, contraditoriamente, este processo tem produzido práticas de exclusão. A pergunta que mobiliza essa nossa compreensão é: como este processo que deveria, imaginariamente, promover a inclusão, age ao contrário, provoca a exclusão?

Uma das políticas de inclusão formulada recentemente no país é aquela que concede vagas suplementares a estudantes indígenas em algumas universidades brasileiras. Há aproximadamente oito anos essa política foi implantada nas universidades estaduais do Paraná (UEM, UEL, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO¹), que se uniram e formaram o vestibular unificado dos povos indígenas sob coordenação da CUIA (Comissão Universidade para os Índios). Em 2005, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) aderiu a essa unificação.

Em 2005, o *IV Vestibular dos povos indígenas do Paraná* teve o maior número de inscritos em relação aos anos anteriores. Inscreveram-se 112 candidatos de distintas etnias e de vários estados do Brasil e as provas foram sediadas na UEM. Esse vestibular

¹ UEM (Universidade Estadual de Maringá); UEL (Universidade Estadual de Londrina); UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa); UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná); UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste).

se encontra pautado em políticas de inclusão. Ele difere do vestibular tradicional em alguns aspectos:

- oferece aos estudantes a prova oral, considerando a tradição da oralidade;
- os estudantes indígenas disputam as vagas entre eles;
- os candidatos, que moram no Paraná, escolhem em qual universidade desejam estudar;
- os estudantes que moram fora desse Estado, concorrem a uma vaga na Universidade Federal do Paraná.
- para estudar, os aprovados recebem uma bolsa.

Neste contexto, – preocupados com a questão da inclusão da diversidade, com a interpretação de leis tão abstratas, que funcionam sob evidência da linguagem – a partir de uma perspectiva discursiva fundamentada na Análise de Discurso, pretendemos compreender de que modo tem se dado (ou não) esta inclusão pelas práticas de linguagem. Para isso partimos do pressuposto de que é na língua que se materializa o discurso e no discurso materializa-se a ideologia (ORLANDI, 1999).

Através da participação no Projeto de Pesquisa *A inclusão da diversidade pela linguagem: questões de língua, memória e identidade*² realizamos a leitura das produções escritas em português veiculadas na prova de redação da IV edição do vestibular unificado para índios. Examinamos todo o material probatório, desde os cadernos de provas até as notas atribuídas a elas. Então, a partir de algumas indagações, fizemos um levantamento lingüístico voltado à discussão de língua imaginária x língua fluida³ (ORLANDI & SOUZA, 1988) das produções escritas por estudantes guarani. Porém, resta-nos ainda, uma série de outras questões tocantes, principalmente, à elaboração da prova de redação de responsabilidade da CUIA e da CVU-UEM (Comissão Central do Vestibular Unificado – Universidade Estadual de Maringá). De modo geral, as textualizações presentes no material analisado referente às avaliações, em especial, a de redação, explicitam o discurso pedagógico, que de acordo com Orlandi (1996) é autoritário. Com efeito, nos interrogamos, neste contexto: seria mesmo

² Projeto de pesquisa coordenado pela Profª Drª Ceci Maria Aparecida Honório, vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Essa discussão foi apresentada e publicada nos Anais do XVII Seminário do CELLIP de 2005. Além de refletirmos sobre língua fluida x imaginária, falamos sobre a noção de equívoco, gramática tradicional e erro na constituição da língua que chamamos: portuguesa-guarani.

o discurso pedagógico um discurso autoritário? Será possível a inclusão através de um discurso deste tipo? O que faria com que o discurso pedagógico não funcionasse como autoritário?

O Tema Recortado: Apresentação do *Corpus*

Para compreendermos o funcionamento discursivo do discurso explicitado na prova de redação do IV vestibular indígena, recortamos o enunciado abaixo, que foi concebido enquanto tema pela comissão organizadora da prova. Vislumbramos por meio desse recorte a necessidade de se explicitar que tipo de discurso é produzido no interior do discurso pedagógico e que efeitos de sentidos são provocados pelo mesmo, pois é no discurso que se tem o efeito de sentidos entre locutores, efeito este capaz de identificar sujeitos e ideologias afetados pela língua e pela história (ORLANDI, 1999).

Qual a importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas hoje?⁴

Tipologia Discursiva e Condições de Produção: O Funcionamento Discurso

Em *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, Orlandi (1996) discute sobre o modo de classificar tipos de discurso. A autora recupera alguns conceitos de outros autores para diferenciá-los de sua noção de tipologia. Retoma o conceito trabalhado por Benveniste, que concebe o tipo enquanto modo de enunciação. Recupera a concepção de Dubois, que distingue o discurso didático do polêmico, o gramatical do contextual. Ainda relata que para Voloshinov “um tipo de discurso demonstra o modo como as formas da língua reagem a certas características de ordem social” (*apud.* ORLANDI, *idem*, p.223).

A noção apresentada por Orlandi tem a ver com a ordem do social, uma vez que, concebe o *tipo* como elemento estruturante relacionado à exterioridade, ou seja, relaciona-o com as condições de produção (CPs) do discurso. De acordo com a mesma autora, a tipologia considera como constitutiva, além da relação com as condições de produção, a relação com as formações imaginárias. Para Orlandi (*idem*) “é o tipo que

⁴ Texto retirado da Prova 2 – Tema da redação – do IV Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2005 (grifo original).

recorta o contexto de situação, estabelecendo o domínio da significação do que se diz” (p. 231).

Para operar a análise de discurso é preciso pensar o funcionamento da linguagem e não a sua função (PÊCHEUX, 1975). Daí decorre a importância de se definir o tipo discursivo que funciona em um determinado discurso. Orlandi afirma que o *tipo* é uma cristalização do funcionamento, pode ser reproduzido enquanto “modelo”, além de poder ser modificado a partir de deslocamentos de sentido na sociedade, o que justifica o papel das CPs e da memória discursiva como constituintes do funcionamento discursivo. Além desses, constitui também tal funcionamento as formações discursivas (FDs), porque o tipo é um elemento que tem uma certa forma, porém, o mesmo tipo pode ter diferentes FDs. A partir desta perspectiva, terá, então, o discurso pedagógico várias FDs?

AS CPs, entendidas como exterioridade ligada ao funcionamento discursivo, englobam o sujeito, a situação e a memória. É a partir dessa relação que o sentido é produzido. A exterioridade determina os discursos. Os sentidos mudam conforme a história e o sujeito, isto é, têm a ver com a conjuntura sócio-política-ideológica. Pêcheux (1975) assevera que o discurso é determinado historicamente. Orlandi (1999), relendo Pêcheux, nos diz que as CPs podem ser pensadas, com fins explicativos, em seu sentido estrito (as circunstâncias de enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato) e em seu sentido lato (a conjuntura sócio-histórica-ideológica e o que nela foi dito e esquecido para se dizer novamente).

Para análise do *corpus* recortado, consideramos as CPs estritas, que por sua vez, dizem respeito ao suporte em que aparece o enunciado-tema, ou seja, a prova eliminatória do vestibular; à sua formulação; aos sujeitos que representam os órgãos responsáveis pela elaboração/avaliação da prova (comissão organizadora do vestibular, professores); à constituição de uma lei que garante vagas suplementares ao indígena como modo de garantir a inclusão deste povo; à memória que permeia o modo de compreensão e organização do processo seletivo unificado; à maneira como é interpretada a lei voltada à inclusão da diversidade; como os sujeitos se posicionam diante das políticas de inclusão e em que FDs se inscrevem. Já as CPs em sentido amplo derivam da forma como a Instituição, neste caso, Universidades Estaduais e Federal do Paraná são constituídas e afetadas por relações de força; ideologicamente como é constituído este espaço discursivo; de que maneira o acontecimento, prova de redação, significa em termos de linguagem, para a banca de formulação/correção de um lado, e

de outro, para os candidatos. Que memória evoca? Lembramos que memória, na perspectiva da Análise de Discurso, é conceituada não como lembrança, mas, como aquilo que já foi dito antes, em outro lugar e é retomado em outro momento sem a consciência disso e assim o já-dito se (re) significa em outro espaço discursivo.

Com as questões acima, em nosso estudo, retornamos à contextualização de tudo que já foi dito sobre avaliações, instituições, professores e candidatos; sobre o processo de inclusão da diversidade e seu efeito de sentido na sociedade não-indígena.

O Discurso Pedagógico enquanto Discurso do Poder

O Discurso Pedagógico se constitui como *discurso do poder*, pois trabalha com a noção de pergunta e erro. A resposta à pergunta aparece como algo que se deva saber (ORLANDI, 1996). Não sabê-la, significa errar. Na inflexibilidade desta dicotomia se explicita o autoritarismo do discurso pedagógico: o que sabe detém poder sobre o que “erra”.

Segundo Orlandi (*idem*, p.17) a “estratégia básica das questões adquire a forma imperativa, isto é, as questões são *questões obrigativas* (parentes das perguntas retóricas)”. Como exemplo destas temos a aplicação de exercícios, provas das quais deriva o *responda*. No enunciado em análise, o discurso pedagógico se instaura na formulação da prova de redação do vestibular, em que se formula o responda na questão-tema (Responda) *Qual a importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas hoje?*

A obrigatoriedade de se responder a pergunta evoca/instala o autoritarismo do/no discurso pedagógico, no qual se tem a imagem do dominante, aquele que interroga e exige uma resposta, que avalia (atribui nota), é responsável pela “aprovação ou não” de um candidato, o que sabe. E ainda, ignora perguntas do tipo:

É importante o conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas?

Há a construção de conhecimento na universidade para as sociedades indígenas? Que conhecimento é este?

Ao afirmar que há um conhecimento construído, apenas quer se saber qual a importância dele, mesmo que este não exista, não se questiona a sua existência. Por

outro lado, há a imagem daquele que para “obedecer” responde *A importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas hoje é...*, mesmo que não haja conhecimento nenhum construído, ou o valor de conhecimento seja diferente para as sociedades indígenas. Neste espaço a imagem que se discursiviza do estudante indígena é a de que ele pode/deve construir uma produção escrita a partir da questão. Portanto, *ele é que tem que se incluir*. E com isso abre-se uma brecha para o sujeito-indígena reproduzir um discurso.

Nesta perspectiva o discurso pedagógico explicita o poder de um sujeito sobre o outro: um interroga da posição de autoridade; o outro, obrigatoriamente, responde, ou tenta responder tentando reproduzir o discurso daquele que pergunta.

Observamos um processo de *circularidade*, o sujeito da posição autoritária atribui nota à resposta do outro, desempenhando, assim, um papel instituído, legitimado e garantido pela instituição. Dessa forma o discurso pedagógico enquanto circular produz uma posição-sujeito filiada a uma FD Institucional vinculada, discursivamente, a uma memória que recupera os sentidos da instituição enquanto lugar de saberes, professores detentores de conhecimento, capazes, pautados em um modelo de certo/errado, de dizer quem entra ou não na universidade através do sistema avaliatório tradicional, um modelo excludente a partir do suporte eliminatório. Esta FD remete a preocupação em indagar, como se o fizesse de modo a ouvir o outro, a sociedade indígena. No entanto, o efeito é o de mascaramento por meio do discurso pedagógico, ou seja, contrariamente, não se ouve o índio, apaga-se a cultura indígena, pois através do questionamento feito, ela não se “mostra”, identitariamente, só “obedece” a partir de uma posição “colonizada”. Neste sentido, circula o discurso pedagógico como institucional-autoritário, que dissimula o segundo através da *neutralidade* que o primeiro lhe confere.

O Discurso Autoritário no Processo de Inclusão

Orlandi (1999) afirma que são muitos os critérios adotados para a definição e estabelecimento de tipologias discursivas. Ao invés de se preocupar com macro-características vinculadas às classificações já existentes, como as que derivam de critérios institucionais, ou seja, que são normativos da própria instituição, a autora procurou estabelecer um critério para “distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso, tomando com referência elementos constitutivos de suas condições de

produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos” (*idem*, p.86). De acordo com características ancoradas na polissemia e na interlocução temos os tipos discursivos divididos em: Discurso Lúdico, Discurso Polêmico e Discurso Autoritário.

A fim de diferenciá-los, Orlandi (1996) usa o critério de *reversibilidade* em alguns níveis. No tipo Lúdico, há a reversibilidade entre os interlocutores, sendo que esta é total. Na relação entre o “eu” e o “tu”, os dois falam sem imposições, assim a relação com o objeto se dá da mesma maneira, provocando a polissemia, que a autora chama de aberta. No Discurso Polêmico, a reversibilidade é condicionada, ou seja, ocorre sob certas condições. Nele há uma tensão entre o “eu” e o “tu”, que por sua vez, produz uma relação tensa também com o objeto. Diferencia-se, portanto, do lúdico, pois a polissemia é controlada e acontece a tensão entre esta e a paráfrase. O Discurso Autoritário, por sua vez, não aceita a reversibilidade, o “eu” exerce o papel de dominador do “tu”. Com isso, há o apagamento do objeto, prevalecendo então a monossemita.

Interessa-nos explicitar o modo como o último tipo circula a partir de uma ideologia sustentada em uma FD Institucional mascarada pelo discurso pedagógico.

A análise que propomos da conjuntura sócio-histórico-ideológica juntamente com a memória discursiva nos permite apontar relações de poder existentes nas Universidades. Enquanto, instituições do Estado, elas detêm força sobre o outro, isto é, sobre os estudantes indígenas. Há aí a hierarquização de poder. Quer dizer, o sujeito fala com base no lugar que está ocupando, está inserido, com a autoridade que esta inserção lhe dá, ou seja, o discurso explicitado em **Qual a importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas hoje?** se dá por conta de um sujeito que se posiciona a partir do lugar em que está inserido, no lugar de *ordem*, no caso da Universidade (quem formula/avalia); no lugar de sujeito individualizado, por parte, dos candidatos, pois o enunciado chamado de tema pelo discurso pedagógico deve ser respondido. Ele é estruturalmente uma pergunta baseada em uma primeira afirmativa (há um conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas). A condição para concorrer a uma vaga na universidade é a que o estudante indígena saiba responder a questão, senão não disputa uma vaga, *não é incluído*. Há como ser/se incluir?

O discurso autoritário não é reversível. O “eu” está num plano da enunciação e o “tu” em outro. Na verdade, não há interlocutores, há uma ordem a ser seguida. O

discurso autoritário é o discurso do poder. Só se obedece a ordens. Se o candidato foge ao tema (não responde a pergunta), não pode ser aprovado no vestibular, já que esta avaliação é eliminatória, ou seja, quem não segue a ordem *é reprovado, é excluído*.

Algumas Considerações: Afinal, se inclui ou se exclui na/pela linguagem?

A Análise de Discurso concebe a língua enquanto sistema aberto sujeito à falhas e não totalmente autônomo, porque a língua se inscreve na história para significar. Daí deriva o processo constitutivo em que a exterioridade faz parte, ou seja, em que as CPs junto ao interdiscurso estão relacionadas.

Através do trajeto percorrido, neste trabalho, quisemos frisar a formação de um discurso do *tipo* autoritário mascarado de pedagógico a partir da relação entre as CPs, FDs e memória discursiva, na qual se mobilizam sentidos controversos para a inclusão dos indígenas nas universidades do Paraná. Esse discurso explicita dois sujeitos: o primeiro dominador, que por meio de uma questão-tema (ordem) sustenta o discurso da inclusão da diversidade na/pela linguagem na produção escrita indígena na universidade; e o segundo, o dominado, através da resposta mantém-se em uma posição “colonizada” (obrigado) a responder mesmo que para isso não se reconheça, apenas reproduz.

Neste jogo discursivo, a identidade indígena é silenciada ao invés de ter visibilidade como “querem” as políticas de inclusão. A partir do discurso pedagógico a instituição é isenta da prática de exclusão que se instaura na materialidade lingüística do enunciado-pergunta-tema no interior da prova de redação do *IV Vestibular para os povos indígenas do Paraná*.

Operando com base na implicação do lingüístico com o ideológico vislumbramos a produção de sentido ancorada na exterioridade remetida a uma memória que discursiviza a imposição/exclusão/inclusão do modelo avaliatório marcado pelo método “certo x errado”, “pergunta x resposta”. E também a legitimação da universidade enquanto instituição “dominadora” de saberes e, portanto, dita “capaz” de *avaliar*. Ainda, observamos a produção de sentido articulada à CP, significados evocados, nos quais, o vestibular se constitui como um processo de exclusão/inclusão, já que para o Estado *não são todos que podem fazer parte da instituição, somente aqueles que “sabem”,* ou melhor, neste caso, *os que sabem responder*.

Dessa forma, nesta análise, pode ser descrito o processo discriminatório sustentado por provas do vestibular unificado dos povos indígenas. A inclusão é para poucos, para aqueles que reproduzem de modo satisfatório, se enquadrando nas especificidades exigidas pela “universidade”. O processo de inclusão/exclusão de indígenas nas universidades paranaenses é atravessado pelo discurso *tipo* autoritário mascarado pelo pedagógico.

Por fim, resta-nos indagar se o sujeito da posição indígena escapa? Se sim, por onde? Pelo silêncio que apaga e ao apagar explicita que está funcionando? Ou se ao responder a pergunta negasse a importância do afirmado conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas? Discutimos este trabalho no grupo de pesquisa e nos perguntávamos: é possível, de dentro deste tipo de instituição, a universidade do modo como está organizada, em nossa sociedade, fazer diferente, ressoar outros sentidos na história?

Referências Bibliográficas:

- HONÓRIO, Maria Aparecida. *Espaço enunciativo e educação escolar indígena: saberes, políticas, línguas e identidades*. Campinas, SP: Unicamp, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI & SOUZA, Eni Puccinelli; Tânia Clemente. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.